

J90					

EDIR 0241

EDUCAÇÃO INDÍGENA

Parceria pode gerir verba

REPRESENTANTE DO MEC AFIRMA QUE ESTADO E MUNICÍPIOS PODEM FAZER PARCERIA PARA DISTRIBUIR RECURSOS DO FUNDEF

Professores, estudantes e lideranças de várias etnias discutiram ontem, durante o último dia do 2º Seminário de Educação Escolar Indígena do Amazonas, as alternativas para a educação indígena no Estado. Um dos assuntos mais polêmicos do encontro foi em relação à gestão dos recursos destinados às 580 escolas indígenas. Alguns segmentos defendem a estadualização do ensino escolar nas tribos, porém são as prefeituras que recebem os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Escola e Valorização do Magistério (Fundef).

Na avaliação da representante do Ministério da Educação (MEC), Selma Maquiné Barbosa, essa questão deve ser resolvida em consenso entre Estado, Município e comunidades indígenas. "Esta não é uma decisão que possa ser tomada somente pelo Estado ou pelo Município. Todas as partes envolvidas devem sentar e discutir parcerias para garantir uma gestão competente, que possibilitem resultados positivos", argumentou.

Selma informou que a lei 9.424, que dispõe sobre a regularização do Fundef, permite esse diálogo entre as esferas estadual e municipal. "A lei, inclusive, abre a possibilidade de escolas estaduais se municipalizarem e vice-versa. O que todos devem ter é bom senso para construir a educação escolar indígena, amparados em discussões que auxiliarão nesse processo gradual", disse.

O secretário da Seduc, Vicente Nogueira, afirmou que o Governo Estadual não tem qualquer intenção de ser o órgão gestor dos programas de educação indígena. "Mas se as comunidades chegarem à conclusão que esse é o melhor caminho, o Estado não irá se abster dessa responsabilidade", garantiu.

Nogueira explicou que a nova filosofia educacional do Governo é justamente descentralizar as gestões escolares, dando autonomia às escolas estaduais para



Alfredo Fernandes (Agecom)

SUGESTÃO Participantes do encontro dizem que união do Estado e municípios levará à melhor divisão dos repasses do Fundef

administrarem os próprios recursos. Ele informou que em 1999 o Amazonas contribuiu com R\$ 180 milhões para o Fundef e recebeu apenas R\$ 145 milhões. "Ou seja, na verdade o Estado contribuiu com R\$ 35 milhões. A estimativa é que este ano a contribuição do Amazonas seja de R\$ 47 milhões", adiantou.

Para o prefeito de Itamarati (a 980 quilômetros de Manaus), Francisco Bartolomeu Barroso, a educação escolar indígena deve ser municipalizada porque são os recursos do Fundef que sustentam a educação nos municípios. "Recebo R\$ 256 mil por ano para investir na educação. Com esse dinheiro recuperei as 42 escolas de Itamarati e atualizei o pagamento de professores e servidores. Se os alunos indígenas passarem para o Estado, a educação no Município vai sentir a falta dos recursos", ressaltou.

Número de professores é reduzido

A maior dificuldade para implementar a educação escolar indígena no Amazonas é a falta de professores nas aldeias. Essa é a opinião de alguns líderes indígenas que participaram ontem do seminário. Na avaliação deles, o número reduzido de professores prejudica o andamento dos programas educacionais. Segundo o professor Genival Mayoruna, 40, a tribo dos mayorunas, que fica no Município de Alvarães (a 538 quilômetros de Manaus), na região do Médio Solimões, conta com apenas cinco

ALDEIAS PREJUDICADAS

professores para atender a uma demanda de cerca de 130 alunos, o que dá uma média de 26 estudantes para cada profissional. "O problema é que os professores de nossa aldeia atendem outras tribos da região, o que provoca uma deficiência nos programas educacionais desenvolvidos no nosso grupo", argumenta. De acordo com o professor Gilberto dos Santos Pereira, 38, a deficiência na tribo dos índios muras, no Município de Autazes (a 118 quilômetros), na região do Baixo Madeira, é a falta de capacitação dos professores. Ele comenta que os seis profissionais que trabalham na tribo podem lecionar apenas para alunos do ensino fundamental. "Os estudantes da tribo terão que mudar para a sede do Município

para seguir os estudos, pois levaremos mais alguns anos para concluir o curso de habilitação do ensino médio", afirmou.

REPRESENTANTES

O professor Mayoruna comentou que os líderes de sua tribo estão lutando para colocar um representante na Secretaria Municipal de Educação de Alvarães. Ele disse que somente desta forma os mayorunas poderão ter seus direitos garantidos por lei. "Também poderemos discutir de que forma os recursos do Fundef deverão ser investidos na tribo e que tipo de programas educacionais poderão ser desenvolvidos. Ou seja, teremos o direito de administrar a parte do Fundef que nos é destinada", ressaltou.

Saterés têm avanço

As tribos saterés-maués estão bastante adiantadas no processo de afirmação da educação escolar indígena. Os professores e líderes da etnia promoveram 14 encontros pedagógicos, em que foram discutidas as diretrizes para unificar as tribos por meio da educação. Desses encontros já resultaram 16 publicações, entre jornais e revistas escritas em português e na própria língua sateré-maué.

De acordo com o presidente do Conselho dos Professores Indígenas Saterés-Maués, Bernardo Alves, 36, durante os encontros também está sendo discutida a construção de um currículo escolar para a etnia. "Estamos tentando montar um calendário escolar próprio, elaborado pelos membros ativos do conselho. Esse calendário será adaptado à realidade das tribos, obedecendo as particularidades de nosso povo", informou.

Além do calendário, Bernardo conta que os professores e líderes das tribos saterés-maués dos Municípios de Maués (a 267 quilômetros de Manaus), Barreirinha (a 328 quilômetros) e Parintins (a 325 quilômetros) estão debatendo a elaboração de um material didático e uma metodologia de ensino específicos para os estudantes da etnia.

PUBLICAÇÕES

As 16 publicações utilizadas nos programas educacionais dos saterés-maués foram patrocinadas pelo Governo do Estado e por organizações não-governamentais (ONGs). Entre as mais interessantes estão o jornal "Huhu'eg Hap" - escrito totalmente na língua da tribo -, que noticia fatos ocorridos nas aldeias, e o livro "Sateré-Mawé Mowe'eg Hap", reunindo leituras acompanhadas de atividades escolares escritas no dialeto da etnia.

"Essas publicações ajudam na parte didática dos programas, pois aproximam os estudantes da nossa cultura. Infelizmente, elas não estão à venda, pois a edição é limitada", informou Bernardo.